



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



A C Ó R D ã O N º 178

Feito : Processo Nº 675/91-TCE/ACRE
Interessado : RAIMUNDO ANGELIM VASCONCELOS,
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação.
Relator : Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA
Assunto : Prestação de Contas da Empresa de Processamento de Dados do Acre "ACREDATA" - Exercício de 1990.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EMPRESA DE
PROCESSAMENTO DE DADOS DO ACRE,
Exercício de 1990 - **considerada
regular**, com ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 675/91, acima indicado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante da decisão, para **considerar regular**, mas com ressalvas, a Prestação de Contas da Empresa ACREDATA, relativa ao exercício financeiro de 1990, de responsabilidade de **José Passos Marques Nazário e Francisco Sales Carvalho Lima**, Diretor-Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro, respectivamente, com a recomendação de que sejam corrigidas as irregularidades apontadas no Relatório de fls. 39/50, do processo em exame, de tudo ciente este Tribunal de Contas.-

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 02 de abril de 1992.

Cons. **JOSÉ EUGÊNIO DE LEÃO BRAGA**
Presidente.

Cons. **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Ata da Sessão de 178

Processo nº 675/91-TCE/ACRE

Interposto por: MARILINDA ANGELIM VASCONCELOS
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento

Relator: Desembargador JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIAS

Assunto: "Instalação do Contas da Empresa de Saneamento de
do Bacia do Acre "ACREPA" - Instalação de

EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE
PROCESSAMENTO DE DADOS
EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE
EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
Ata da Sessão de 178
Processo nº 675/91-TCE/ACRE
Interposto por: MARILINDA ANGELIM VASCONCELOS
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento
Relator: Desembargador JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIAS
Assunto: "Instalação do Contas da Empresa de Saneamento de do Bacia do Acre "ACREPA" - Instalação de

Rio Branco, 02 de abril de 1993.

Corr. JOSÉ ENGELMO DE LIMA
Presidente.

Corr. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIAS
Relator.

Ass. presentes:

FERNANDO DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do M.P.A.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



PROCESSO: 675/91

RELATOR : Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

ASSUNTO : Prestação de Contas da Empresa de Processamento
de Dados do Acre - ACREDATA - exercício de 1990

RELATÓRIO:


Cumprindo determinações constantes do TC-AC/DAFO/3ª IGCE/OF/Nº 193/91, de 26 de março de 1991, foi encaminhado, através do OF/SEPLAN/Nº 270, a esta Egrégia Corte de Contas, o Relatório Anual e Prestação de Contas da Empresa de Processamento de Dados do Acre - ACREDATA, referentes ao exercício de 1990.

Dando cumprimento ao que determina o despacho do Conselheiro Presidente, de fl. 37, o DAFO, através de Técnico da 3ª IGCE, apresentou relatório minucioso onde são apontadas algumas ressalvas:

- 1 - Relatório Anual da Administração, sem assinaturas dos administradores;
- 2 - balanço patrimonial, grupo em desacordo com os arts. 178 a 182 da Lei 6.404/76;
- 3 - na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados falta demonstrar os elementos componentes do ajuste do exercício anterior;
- 4 - não inclusão, nos custos dos serviços, da parcela correspondente à depreciação dos equipamentos;
- 5 - classificação de contas em desacordo com a Lei 6.404/76.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 27.03.92.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
(PROCESSO Nº 675/91)

CONCLUSÃO E VOTO:

O parecer dos Auditores (Azevedo Auditores e Consultores Associados), não deveria ser, na verdade, aquele que exprimisse a opinião de que as demonstrações contábeis não representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira ou o resultado das operações. Não, seria injusto um parecer adverso, entretanto, injusto também nos parece um parecer sem ressalvas. Embora a Lei 6.404/76 tenha modificado para melhor o Conselho Fiscal, dando-lhe, entretanto, maiores responsabilidades e exigindo de seus membros curso de nível superior, infelizmente, ainda não foi dessa vez que ficaram sanados alguns problemas. É necessário que se entenda que o Conselho Fiscal é um órgão técnico que deve possuir conhecimentos especializados, pois ele constitui um dos poderes da sociedade, incumbido de examinar a marcha dos negócios e se manifestar sobre os assuntos mais importantes relacionados com os atos da administração. Preencher essas finalidades apontadas acima, nem sempre tem sido o forte do Conselho Fiscal, limitando-se, na prática, os seus membros, a subscrever, simplesmente, pareceres acatando os atos da administração.

Não podemos aceitar como irrelevantes' as omissões cometidas pelo Conselho Fiscal da Empresa.

A Receita Federal analisou ou está analisando, segundo notícias oficiais, um contingente enorme de empresas que apresentaram em seus balanços exorbitantes prejuízos. Essas análises se nos afiguram como uma medida para detectar possíveis sonegadores do fisco. Configurada a suspeita de irregularidade no sentido da sonegação, será remetido o processo ao Tribunal de Con -

X



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
(CONCLUSÃO E VOTO)

Fl. 02



tas do Estado de origem da Empresa. Acreditamos ser o alerta importante para as Cortes de Contas no sentido de uma vigilância mais acurada no que é pertinente, para que mais tarde não sejam acoimadas de omissas, negligentes ou até mesmo coniventes.

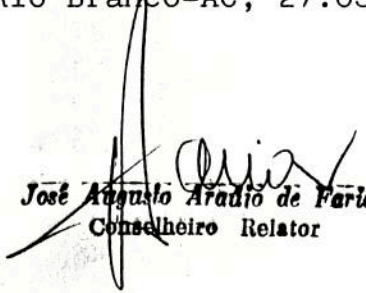
Por todos os motivos já expostos, não dissentimos, em nenhum momento, do relatório do Técnico, de fls. 39/50, que soube, de maneira insofismável, dissecar com profundo senso profissional e técnico as coisas embuçadas no trivial e no mais complexo recôndito.

As ressalvas anotadas não comprometem a probidade administrativa da Empresa e nem tão pouco chegou a causar danos evidentes ao erário público estadual.

Diante do exposto, VOTO:

No sentido de considerar Regular com Ressalvas a prestação de contas da Empresa de Processamento de Dados do Estado do Acre - ACREDATA - exercício de 1990 e que sejam corrigidas as irregularidades apontadas no relatório de fls. 39/50, dos autos do processo, a fim de não acarretar complicações futuras, de tudo dando ciência a este TCE. É como voto.

Rio Branco-AC, 27.03.92.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator